



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

TAILANA CRISTINA RAMOS PINTO

**MERENDA ESCOLAR E SOBERANIA ALIMENTAR EM SÃO FRANCISCO DO
CONDE (BA): ESTUDO DE CASO SOBRE APLICAÇÃO DO PROGRAMA
NACIONAL DE MERENDA ESCOLAR (PNAR)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

TAILANA CRISTINA RAMOS PINTO

**MERENDA ESCOLAR E SOBERANIA ALIMENTAR EM SÃO FRANCISCO DO
CONDE (BA): ESTUDO DE CASO SOBRE APLICAÇÃO DO PROGRAMA
NACIONAL DE MERENDA ESCOLAR (PNAR)**

Trabalho de Conclusão de Curso – Modalidade Projeto de Pesquisa – apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Palermo Butti.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

TAILANA CRISTINA RAMOS PINTO

**MERENDA ESCOLAR E SOBERANIA ALIMENTAR EM SÃO FRANCISCO DO
CONDE (BA): ESTUDO DE CASO SOBRE APLICAÇÃO DO PROGRAMA
NACIONAL DE MERENDA ESCOLAR (PNAR)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovada em 02/09/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rafael Palermo Butti (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Ivette Tatiana Castilla Carrascal

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Dedico este trabalho aos meus pais, noivo,
que sempre me apoiaram na minha
trajetória.

AGRADECIMENTOS

Meus pais, vocês foram espetaculares na minha formação tanto intelectual quanto enquanto ser humano.

Minha mãe, com sua garra e rigidez me ensinou a ser forte, persistente. Investiu financeiramente (com todo esforço), junto a meu pai na minha educação.

Meu pai, com essa aparência frágil, tão sensível, me ensinou também a ser forte, paciente (nem tanto assim!), a respeitar o diferente, a ser resiliente.

Tudo isso foi essencial para que eu me tornasse quem sou. Até mesmo quando me deram não (que não foram poucos) e eu tão pequenina fiquei chateada. Hoje eu agradeço principalmente por isso!

Eu serei eternamente grata a Deus por ter me confiado a responsabilidade de ser filha de vocês.

Não posso deixar de agradecer ao meu orientador Rafael Palermo Buti, por ter me dado um direcionamento; ao meu noivo Vanilson Silva, por ter me motivado a confiar no meu potencial; a minha família de sangue; a minha família (aquela que não é de sangue, mas de coração), aos meus amigos (que hoje percebo que não são poucos), aos profissionais empáticos que encontrei nessa jornada (todos, desde o ensino infantil até a universidade), aos que duvidaram de mim (vocês também me fortaleceram); enfim a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que esse momento se concretizasse. E finalmente, não menos importante, à Deus por ter me sustentado durante essa jornada, onde minha ferramenta foi a fé.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	OBJETIVOS	8
2.1	GERAL	8
2.2	ESPECÍFICOS	8
3	JUSTIFICATIVA	9
4	REVISÃO TEÓRICA	10
5	METODOLOGIA	13
6	CRONOGRAMA	15
	REFERÊNCIAS	16

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do projeto é analisar a merenda escolar na cidade de São Francisco do Conde, município localizado no Recôncavo da Bahia distante 66 quilômetros de Salvador, capital do Estado. A partir de um estudo de caso na escola Arlete Magalhães, pretendo investigar o processo de aquisição dos gêneros alimentícios nas escolas da cidade, e verificar a relação da Merenda Escolar com o tema da Soberania Alimentar e Agricultura Familiar.

As vivências e discussões feitas em dois cursos em que estou vinculada (o Bacharelado em Humanidades na Unilab e o Curso de Nutrição no Centro Universitário Estácio) me motivaram na escolha do tema. Pensar na merenda escolar é, sobretudo pensar na qualidade de vida e na promoção da saúde dos estudantes que compõem a rede municipal de educação de São Francisco do Conde, e a relevância da escola na formação dos hábitos alimentares do aluno.

A importância da alimentação não está apenas relacionada ao aspecto biológico e bromatológico (ciência que estuda os alimentos), mas também cultural, uma vez que está associada à fatores sociais, econômicos, históricos e religiosos. Portanto, além das questões nutricionais, que envolvem os processos pelos quais o organismo ingere, absorve, transporta, utiliza e excreta os nutrientes, na alimentação existem processos ritualísticos e de sociabilidade.

Segundo Claude Fischer (apud CANESQUI E GARCIA, 2005) “pelo fato de sermos onívoros, a incorporação da comida é sempre um ato com significados, fundamental ao senso de identidade.”. A alimentação representa parte do que o ser humano é constituído à nível cultural.

Segundo a Resolução nº38 de 23 de agosto de 2004 que estabelece os critérios para execução do PNAE, o cardápio da alimentação escolar deve ser programado de modo a suprir, no mínimo, 15% das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados, durante sua permanência em sala de aula. Segundo site do Portal da Transparência do Governo Federal:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mais conhecido como Merenda Escolar, consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à Merenda Escolar. O Programa PNAE teve início na década de 40 do século passado. Mas foi em 1988, com a promulgação da Nova Constituição Federal, que o direito à alimentação escolar para todos os alunos do ensino fundamental foi assegurado. (BRASIL, 2002).

A Secretaria Municipal de São Francisco do Conde- SEDUC, possui 52 escolas na sua rede. Sendo dividida entre a Educação Infantil, Fundamental I e II, Educação de Jovens e Adultos e as escolas Quilombolas. Conforme o Censo de 2010, o município possui uma população estimada em 41.220 habitantes. Algumas escolas do município funcionam em tempo integral. Atualmente, funcionam 20 escolas municipais no segmento integral, sendo 18 contempladas pelo Programa Mais Educação (estratégia do Ministério da Educação com o objetivo de melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental) .

De acordo com uma nutricionista da Secretaria de Educação¹, o Programa de Alimentação Escolar do município obedece a legislação do PNAE, lei 11.947/2009 e a Resolução CD/FNDE de 26 de junho de 2013, dispõe sobre o atendimento dos alunos da educação básica de São Francisco do Conde no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

- Analisar a aplicação do Programa Nacional de Alimentação Escolar na escola Arlete Magalhães, situada em São Francisco do Conde.

2.2 ESPECÍFICOS

- Verificar como se insere a agricultura familiar produzida em São Francisco do Conde na alimentação escolar da cidade.
- Mapear as escolas de São Francisco inseridas no PNAE
- Investigar os tipos de alimentos advindos da agricultura familiar incorporados nas escolas e se há a inserção de produtos industrializados na Merenda Escolar
- Averiguar a existência de projetos pedagógicos que incorporem a merenda como ferramenta educativa e incentivar a criação de espaços pedagógicos que tomem como

¹ O diálogo com a nutricionista Joélia Borges foi estabelecido por meio do endereço eletrônico institucional da Secretaria Municipal da Educação.

referência a Merenda Escolar e os alimentos provenientes da agricultura familiar, contribuindo para a valorização dos saberes e fazeres da agricultura familiar.

- Conhecer as percepções locais dos gestores, profissionais da escola e estudantes sobre o PNAE.

3 JUSTIFICATIVA

O ambiente escolar exerce um papel importante para construção de hábitos, dentre os quais o da alimentação. Por isso, deveria ser um espaço favorável à promoção da saúde e a valorização da agricultura local. Nesse sentido, a merenda escolar deveria contribuir para o desenvolvimento do aluno, uma vez que representa um meio de aprendizagem deste. Segundo Pipitone (1995, p.976), entre professores, merendeiras e pais de alunos, as discussões evidenciando a função social e o significado dado à merenda escolar valem mais do que aulas tradicionais apoiadas em cartazes coloridos sobre noções da boa alimentação.

Nesse sentido, o PNAE, além de ser um programa fornecedor de alimentos, pode ser considerado um espaço ou instrumento pedagógico, constituindo uma potencial ferramenta educativa para estimular a integração de temas relativos à nutrição, saúde e o currículo escolar (PIPITONE, 2016, p.976). Nesse sentido, o projeto pretende estimular a criação de espaços pedagógicos que incorporem a merenda e os alimentos como ferramenta para o ensino e a aprendizagem, valorizando as práticas e os saberes locais.

Outro ponto que justifica a escolha do tema é a ausência de estudos sobre a aplicação do PNAE em São Francisco do Conde. Trata-se, portanto, de refletir sobre uma política pública de Estado a partir de um caso particular, e contribuir para sua efetividade no âmbito local e regional. Além disso, o projeto pode fomentar o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, advindos da Agricultura Familiar, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais. Portanto, consiste numa estratégia para a promoção da segurança e Soberania Alimentar e nutricional dos escolares.

4 REVISÃO TEÓRICA

De acordo com a Resolução nº 38 que estabelece os critérios para execução do PNAE: O cardápio da alimentação escolar deve ser programado de modo a suprir no mínimo, 15% das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados, e no mínimo 30% das necessidades nutricionais diárias dos alunos das escolas indígenas durante sua permanência em sala de aula. (BRASIL, 2004).

O PNAE pode ser considerado um fator para o desenvolvimento local, através do apoio aos agricultores familiares. A inserção de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar é um mecanismo de minimização das disparidades sociais de uma região. A alimentação escolar é um influenciador de apoio à agricultura familiar, inspiração essa embasada em três aspectos vigentes na legislação do PNAE há alguns anos: exigência ao respeito à vocação agrícola e hábitos alimentares regionais; compras dentro dos limites geográficos regionais; e uso de produtos in natura, típicos dessa produção.

Em vista disso, observa-se a relevância do PNAE nas questões que envolvem a agricultura familiar de determinadas regiões e, além disso, em assuntos referentes à Soberania Alimentar, que é o conceito que visa que todos os indivíduos, comunidades, povos detenham o direito de definir suas políticas próprias de agricultura, do trabalho, do alimento e da terra.

O PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, 1995) foi aceito na esfera governamental devido à comprovação da capacidade da agricultura familiar em absorver mão de obra, transformando-se em opção privilegiada para combater parte dos problemas sociais urbanos provocados pelo desemprego rural. (SILVA, 2009, p.25).

A iniciativa corrobora para que os pequenos proprietários rurais assegurem, de alguma forma, uma fonte de renda, a qual, até um determinado momento era quase inviável, uma vez que a maior parte da renda era concentrada nas mãos dos grandes proprietários rurais. Portanto, foi possível que o êxodo rural diminuísse, conseqüentemente, minimizando os problemas de superlotação nas cidades .

Conforme Maria Elena Turpin (2009, p.28), no âmbito local, podem ser destacados projetos e ações das Prefeituras municipais que, a partir das demandas da Merenda Escolar, apoiaram a agricultura familiar tanto do ponto de vista comercial, quanto técnico e organizacional².

² As prefeituras podem simplificar o processo de certificação do SIM (Serviço de Inspeção Municipal), como, por exemplo, certificando a produção local dentro de matadouros municipais em boas condições, ou no caso de

Um estudo realizado por Bosquilia e Pipitone (2016) sobre Soberania Alimentar e Programa de Alimentação Escolar, município de Piracicaba (SP) informa que o direito à alimentação é considerado um direito humano imbuído em uma categoria do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, postulado em 1966, posterior à declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesses documentos fica explícito que cabe ao Estado respeitar, proteger e zelar pela capacidade de produzir sua própria alimentação e/ou de obter a renda monetária para adquirir alimentos adequados.

Segundo estes autores, com o passar das décadas e com a produção do conhecimento na área, essa ideia foi se consolidando até que em 1996, durante a Cúpula Mundial de Alimentação, foi proposto pela Via Campesina o conceito de Soberania Alimentar como uma nova forma de pensar que vinculava a liberdade de um povo a sua soberania pelo viés da alimentação.

O conceito foi ganhando contornos, até que, em 2011, durante a Cúpula Mundial de Alimentação, ganhou a seguinte definição: trata-se do direito dos povos à alimentação saudável e culturalmente adequada produzida através de métodos sustentáveis, e seu direito de definir seus próprios sistemas agrícolas e alimentares. Desenvolver um modelo de produção agrícola sustentável, que favorece as comunidades e seu ambiente. A Soberania Alimentar coloca as aspirações, necessidades e estilos de vida daqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas alimentares e políticas alimentares à frente das demandas dos mercados e corporações. (BOSQUILIA; PIPITONE, 2016, p.974).

Afirmam ainda Bosquilia; Pipitone que:

Os modelos de produção praticados em especial na época da "Revolução Verde" durante as décadas de 1960 e 1970 já contradiziam os princípios básicos de Soberania Alimentar para com a população. Tais princípios iriam ganhar mais força e proporção em décadas posteriores, uma vez que, durante o período da referida "Revolução Verde" surgiu a criação de novas práticas agropecuárias que incluíam o uso de sementes geneticamente modificadas, o uso excessivo de insumos químicos, tais como, fertilizantes e agrotóxicos e a mecanização intensiva da produção agrícola (BOSQUILIA & PIPITONE, 2016, p.974-975)

As práticas da "Revolução Verde" contribuíram para o aumento da produção em massa e para o desenvolvimento do agronegócio. Além do mais, a mídia, na época,

hortifrutigranjeiros, junto a equipamentos atacadistas administrativos pelo poder público, como mercados municipais, centrais de abastecimento ou centrais de distribuição. (BELIK, apud TURPIN 2009, p.36). Como exemplo, a Prefeitura de Guaíra, no Paraná, criou o SIM como uma das ações, importante e necessária, para incluir a pequena produção em diversos municípios do Brasil, pois torna viável a regularização sanitária dos produtos, essencial para a comercialização da alimentação escolar.

disseminava a ideia de que a habilidade da Revolução Verde resolveria as situações de pobreza e fome, através da produção em escala. Entretanto, não foi o que ocorreu, pois ao passo em que houve um aumento da produção, ocasionou a concentração fundiária, o empobrecimento de milhões de produtores de alimentos em pequena escala, aumentando a pobreza e a fome, além de colaborar para o êxodo rural e interferir negativamente na saúde das pessoas. (BOSQUILIA & PIPITONE, 2016, p.975)

Conforme afirmaram os autores, estima-se que 1 bilhão de pessoas vivem em insegurança alimentar, e simultaneamente existe a abundância de alimentos, sendo que grande parte dos mesmos não são saudáveis e acarretam uma dieta irregular que está afetando a saúde de pelo menos 2 bilhões de pessoas, causando obesidade, doenças cardíacas, câncer, diabetes, entre outras doenças. Em vista disso, percebe-se que estimular a Segurança Alimentar e nutricional sustentável e o conceito de Soberania Alimentar, neste cenário, é da competência dos setores público e privado, ocasionando na articulação de programas e ações capazes de assegurar a realização do direito humano à alimentação para todos.

Conforme Turpin (2009)

Ao estabelecer que o cardápio contenha alimentos básicos e recomendar o uso de produtos regionais, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) induz o respeito à cultura alimentar local e ao uso de produtos in natura, típicos da Agricultura Familiar. (TURPIN, 2009, p.26)

A inclusão de alimentos in natura ou minimamente processados na merenda escolar é relevante, pois o ambiente escolar pode intervir de maneira parcial, de modo a estimular os alunos a adquirirem hábitos alimentares saudáveis. Desse modo, reflete-se sobre o espaço escolar na influência da promoção da saúde dos alunos.

Segundo Souza (2006), “a busca por alimentos provenientes de sistemas de produção mais sustentáveis, como os métodos orgânicos de produção, é uma tendência que vem se fortalecendo e se consolidando mundialmente” (SOUZA, 2006, p.65).

Os alimentos orgânicos se fundamentam no mínimo uso de insumos externos. De acordo com Borguini e Torres (2006), devido a contaminação ambiental generalizada, as práticas de agricultura orgânica não podem garantir a ausência total de resíduos. Contudo, é possível aplicar métodos que visem a redução, ao mínimo da contaminação do ar, do solo e da água. Portanto, diante do estudo, observa-se ainda que os alimentos orgânicos não estão totalmente livres de contaminações, embora em vantagem se comparados aos alimentos convencionais, para os quais sua conservação se dá com uso de pesticidas. Moore et al (2000)

analisaram alimentos infantis de diversas marcas, elaborados com produtos provenientes do cultivo orgânico e convencional. Quanto a presença de resíduos de pesticidas, não encontraram tais resíduos em nenhum dos produtos analisados. Portanto, neste caso, não houve diferença entre orgânicos e convencionais.

Contrapondo o que afirmou o estudo de Borguini e Torres (2006), o qual diz que os alimentos orgânicos têm vantagens se comparados aos alimentos convencionais, no que se refere a presença de resíduos tóxicos, Moore afirma no seu estudo que nas amostras analisadas não houve divergência entre os alimentos orgânicos e convencionais. Tendo em vista o exposto, o presente projeto pretende analisar não somente sobre a agricultura familiar na cidade, mas na sua relação com o contexto escolar.

As análises realizadas neste trabalho indicam que o conceito de Soberania Alimentar ainda é um tema pouco explorado e inserido no PNAE, principalmente no que se refere à operacionalização e desenvolvimento do mesmo. O tema aparece nos textos oficiais e nos depoimentos dos gestores do programa de merenda escolar, porém a pesquisa de Cibim et al (2016) revelou que esse conteúdo não se dissemina entre os demais profissionais atuantes e envolvidos no programa, nem tampouco se reflete em novas práticas mais condizentes com os princípios e metas da Soberania Alimentar.

Por fim, sugere-se que haja um maior empenho e coordenação entre todos os profissionais, técnicos e gestores envolvidos no gerenciamento e operacionalização do PNAE, pois apesar de boas intenções o programa pode se tornar mais adequado à realidade do município onde está inserido.

5 METODOLOGIA

O estudo será realizado na Escola Arlete Magalhães, situada à Rua do Cemitério, na cidade de São Francisco do Conde. Esta escola e, especificamente a turma do 5º ano, foi escolhida por atender crianças de uma faixa etária que já possui entendimento sobre promoção da saúde e alimento. Trabalharei com o método qualitativo e quantitativo, onde utilizarei a coleta de dados, realizada através de pesquisa bibliográfica, de entrevistas semiestruturada e aplicação de questionários com as crianças e merendeiras da escola em estudo, bem como gestores da área da educação e da agricultura da cidade.

A entrevista é um método de pesquisa interessante, uma vez que permite uma troca de saberes entre o entrevistador e o entrevistado. Todavia depende da habilidade de o

entrevistador ajustar uma boa comunicação, com a finalidade de evitar a indução de respostas, tentando, ao menos, ser imparcial no momento em que o entrevistado estiver relatando situações do meio em que ele está inserido. “A entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. (HAGUETTE, 2010, p.81). Sendo assim, é importante que o entrevistador evite se posicionar acerca do que o entrevistado está expondo e, até mês não demonstrar expressões faciais que possam causar intimidação no entrevistado.

Para criar uma ambientação junto às crianças, pretendo oferecer três oficinas na escola, onde buscarei associar as histórias do lugar com alguns alimentos presentes na região, dentre os quais o aipim e o dendê. A intenção é fazer uma reflexão sobre a diáspora africana no Brasil e conhecimentos tradicionais indígenas a partir dos alimentos e dos saberes aos mesmos vinculados. Tomarei como referência a obra “Navegando contra a Corrente” de Judith Carney (2004), quando a autora traz uma relação da influência da diáspora africana na agrobiodiversidade das Américas. A ideia é provocar nos estudantes uma reflexão sobre a história e o presente da cidade a partir de alguns alimentos, contribuindo também para a aplicação da Lei 11.645, que torna obrigatório o ensino das realidades indígena, africana e diaspórica nos ambientes escolares.

Pretende-se, também fazer análise do cardápio e mapeamento dos alimentos provenientes da agricultura familiar. A intenção é visitar alguns agricultores incluídos no Programa, e conhecer suas técnicas e modos de produção, bem como a contribuição do PNAE em suas vidas. A depender dos resultados, é possível estender o estudo de caso para outras turmas ou escolas, buscando, com isso, pontes comparativas entre as diferentes realidades escolares. As entrevistas com os gestores serão baseadas na análise da documentação oficial sobre o PNAE, o que contribuirá para o conhecimento do panorama geral da aplicação do Programa no município.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA Jr. AR, Molina SMG, Martirani LA, Ballester MVR, Garavello MEPE, Verdade LM, et al. *Interação interdisciplinar: a experiência da Pós-Graduação em Ecologia Aplicada da USP*. In: PHILIPPI Jr. A, Neto AJS. *Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação*. São Paulo: Manole; 2011. p. 298-324.
- BELIK W. *Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil*. Saúde Soc. 2003; 12(1): 12-20.
- BORGUINI, Renata Galhardo, and TORRES, Elizabeth A. Ferraz da Silva. *Alimentos Orgânicos: Qualidade Nutritiva e Segurança do Alimento*.
- BOSQUILIA, Samira Gaiad Cibim de Camargo, and PIPITONE, Maria Angélica Penatti *A Soberania Alimentar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Piracicaba(SP) - concepções e redefinições*.
- CANESQUI, AM., and GARCIA, RWD. orgs. *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p, 306. Antropologia e Saúde collection. ISBN 978-85-7541-387-6. Available from SciELO Books.
- COSTA EQ, RIBEIRO VMB, RIBEIRO ECO. *Programa de Alimentação Escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento*. Rev. Nutr. 2001; 14(3): 225-229.
- E.O.SILVA Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Av. Carlos Amaral 1015, Santo Antônio de Jesus, BA, 44547-490, Brasil. edileuza@ufrb.edu.br
- FNDE. *Dados estatísticos*. 2009. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/> >. Acesso em 23 OUT de 2009.
- FNDE. *Resolução FNDE/CD/ no 32, de 10/08/2006: altera per capita para pré-escola e ensino fundamental e para creches e escolas indígenas e localizadas em áreas remanescentes de Quilombos*.
- FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GESTÃO DE RECURSOS FEDERAIS – *Manual para Agentes Públicos*. Disponível em: http://www.cgu.gov.br/cgu/cartilha_CGU.pdf>. Acesso em: AGO de 2006.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. - 12e d - Petrópolis RJ: vozes 2010.
- MALUF R. O novo contexto internacional do abastecimento e da segurança alimentar. In Belik W, Maluf R. *Abastecimento e segurança alimentar*. Campinas: Unicamp; 2000. p. 37-63.
- MANUAL DE GESTÃO EFICIENTE DA MERENDA ESCOLAR. Apoio Fome Zero. São Paulo, 3ª edição, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em:

<<http://www.fn-de.gov.br/index.php/programas/pnae> />. Acesso em: AGO de 2006.

MOORE VK, ZABIK ME, ZABIK MJ. Evaluation of conventional and “organic” baby food brands for eight organochlorine and five botanical pesticides. Food Chem. 2000; 71: 443-447.

London: Sage Morgan, D.(1997). Focus group as qualitative research. Qualitative Research Methods Series. 16. Publications.

PIPITONE MAP. *A relação saúde e educação na escola de 1o Grau*. Rev. Aliment. Nutr. 1995; 15(65): 48-52.

SOUZA MCM. *Aspectos institucionais do sistema agroindustrial de produtos orgânicos*. Informações Econômicas. 2003; 33(3): 7-16.

TURPIN, Maria Helena. *A Alimentação Escolar como Fator de Desenvolvimento Local por meio do Apoio aos Agricultores Familiares*.